

## A falácia do sucesso da Lei Seca

Pág. 01



Fiscalização é a grande responsável por resultados.

Na contramão do que é alardeado em quase todo o País, estatísticas das Polícias Rodoviárias Federal e Estadual (PRF) em alguns estados e em cinco capitais campeãs de mortes no trânsito revelam que a Lei 11.705, conhecida como Lei Seca, não tem os resultados esperados. A Abrasel

está certa que os números positivos estão sendo escolhidos conforme o interesse dos órgãos de governo na manutenção da Lei e não revelam a verdadeira realidade das estatísticas, que é igual ou pior do que as apresentadas antes da aplicação da lei.

Jornal Hoje em Dia - Caderno Brasília - 27/07/08

POLÊMICA

### Lei Seca dá resultado tímido

Queda de acidentes é pequena, mas Detran arrecadou R\$ 167 mil em um mês

Estado de Minas - 15/07/08

Restrições impostas ao consumo de álcool causam pouco impacto nos hospitais de pronto-socorro e serviços de atendimento de emergências de Belo Horizonte



Folha de São Paulo - 23/07/08

### Lei seca não pega nas 5 capitais campeãs de mortes no trânsito

Macapá e Palmas não têm bafômetros nem blitzes; problema se reflete nos índices de acidentes, que se mantiveram após a lei

Jornal de Limeira - 22/07/08

|| LIMEIRA

### Nem lei seca reduz acidentes nas estradas

## Fiscalização é a grande responsável por resultados

O que pouca gente percebe é que os resultados positivos obtidos não foram produzidos pela Lei Seca mas, sim, pela fiscalização, até então praticamente inexistente em todo o País. Nas cidades onde não há fiscalização, os índices não sofreram tantas alterações. "A diminuição do número de acidentes se deve à cobrança da comunidade, que fez com que as autoridades finalmente comessem a fiscalizar o trânsito. Se isso tivesse sido feito junto com a implantação do Código de Trânsito Brasileiro, milhares de vidas teriam sido poupadas e essa polêmica não precisaria ser criada. O que não é correto, é punir o cidadão pela incompetência de quem deveria fiscalizar", explica presidente executivo da Abrasel, Paulo Solmucci Júnior.



Foto: Ivana Andrade/Palácio Piratini

## Números de acidentes

O Ministério da Saúde divulgou que caíram em 24% as operações de resgate no país nos primeiros 20 dias após a nova lei, que entrou em vigor em 20 de junho. Segundo informações da Folha de São Paulo, foram levados em conta apenas 14 das 144 unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. As capitais campeãs em mortes, Porto Velho

(RO), Macapá (AP), Palmas (TO), Cuiabá (MT) e Campo Grande (MS), não estão na lista. Estas cidades registraram, em 2006, de 26 a 29 mortos no trânsito a cada 100 mil habitantes, segundo o Ministério. São índices próximos aos das cidades africanas, que em 2004 tiveram média de 28,3 mortos -considerada alarmante pela Organização Mundial da Saúde.

### Confira algumas estatísticas pós Lei Seca

- Macapá - aumento de 40% no número de acidentes
- Palmas - aumentou de 272 acidentes (entre 20/06 e 10/07 de 2007) para 276 (no mesmo período, em 2008)
- Porto Velho - os números de acidentes (13,2 por dia) se mantiveram.
- Cuiabá - no mês de junho houve 382 acidentes contra 323 nos primeiros 20 dias de julho.
- São Paulo - a redução divulgada de 57% já caiu para 15%.
- Rio de Janeiro - As rodovias federais fluminenses registraram mais acidentes nas férias de julho deste ano. Nos 30 dias da operação Férias Escolares a PRF registrou 925 acidentes, ante 850 em igual período no ano passado. O número de feridos também cresceu, contabilizando 334 pessoas contra 298 em 2007.
- Minas Gerais - o número de acidentes no estado, nos seis primeiros dias do mês de julho foi maior do que no feriado do carnaval e o de mortes próximo aos do feriado de corpus Christi.
- Mato Grosso do Sul - Um mês antes da lei entrar em vigor a PRF registrou 221 acidentes e 18 mortes. De lá para cá, no mesmo período, foram 238 acidentes e 12 mortes. Houve um aumento no número de acidentes e uma redução nas mortes de 33,3%.
- Mato Grosso - Em Cuiabá, em junho, houve 382 acidentes, contra 323 nos primeiros 20 dias de julho.
- Goiás - Crescimento de 54,76% no número de mortos em rodovias, após a entrada em vigor da lei. Em 2007, 42 pessoas morreram nas rodovias goianas, entre 20 de junho e 19 de julho - neste ano, foram 65 mortes desde a publicação da nova legislação.
- São Luís, no Maranhão, ao invés de reduzir, o número de acidentes aumentou 90% em relação às duas semanas anteriores à lei.

## Necessidade de adequação na Lei

"A Lei Seca precisa ser modificada, por ser inconstitucional ao contrariar o artigo 5º, inciso LXIII da Constituição Federal, causando mais transtornos à sociedade do que os seus propalados benefícios", diz Solmucci. Segundo a Abrasel, a rigidez da lei está tornando criminosos homens de bem, pais e mães de família, indistintamente. Ao contrário do que acontece em países como a França, Inglaterra, Itália, Alemanha e Estados Unidos, entre outros, onde a tolerância é compatível com o sentido de educação e civilidade de seus povos e a fiscalização é exercida respeitando o direito constitucional adquirido.

"Igualmente é preocupante perceber os claros sinais de surgimento de um Estado despreparado, onde agentes públicos, sem nenhum controle efetivo, aplicam a Lei ao seu bel prazer, criando um clima de terror e propício ao aumento da já intolerável corrupção que se verifica no País", completa Solmucci.

Tal como está a Lei 11.705 ameaça fortemente a manutenção de milhares

de empregos nos bares e restaurantes, justamente um dos setores que mais empregam no Brasil, e principal porta de entrada para jovens no mercado de trabalho que, sem experiência, buscam o primeiro emprego de suas vidas.

"Deixamos bem claro que não somos contra uma Lei que estabeleça limites entre direção e álcool. A Abrasel, há muito, vem defendendo como solução para o problema da violência do trânsito um Estado mais bem aparelhado; agentes públicos bem treinados e remunerados; controle rígido na remissão de carteiras de habilitação; construção e manutenção de rodovias decentes, educação e parcerias entre o poder público e entidades privadas afins", ressalta Paulo Solmucci.



Para o presidente executivo da Abrasel, Paulo Solmucci, a lei precisa de adequações.